



SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL E A “ORDEM”: ELEMENTOS PARA UM DEBATE

DOI: 10.17058/barbaroi.v62i2.17685



Renata Martins de Freitas

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Brasil



Resumo:

O presente ensaio parte do pressuposto que dá conta da convivência, no Serviço Social, de traços tradicionais e renovados em uma relação dialética. O texto traz a ênfase na proposta de aproximação com os traços tradicionais em um período de monopólio do conservadorismo da profissão, tentando, nos limites de um artigo, apresentar algumas das matrizes teóricas que o influenciaram e podem, de alguma forma, se atualizar, com destaque para aquelas orientadas pelo “espírito positivista” como o higienismo e o funcionalismo, e aquelas de cariz doutrinário como o neotomismo. Esta análise subsidia habilidade importante para assistentes sociais, qual seja, a capacidade de leitura crítica da realidade e identificação das teorias que vêm permeando seu exercício profissional, tanto em requisições institucionais quanto em respostas profissionais. Conclui-se que a presença de tais perspectivas confere uma característica eclética ao serviço social tradicional, trazendo, contudo, como elemento fundamental, a manutenção da ordem burguesa e de um horizonte de “coesão social”, provocador de resignação, apartado da noção de transformação social como possibilidade histórica. Ancoram-se, contudo, na moralização da questão social e, atualizadas, levam o exercício profissional para um caminho que o afasta do compromisso com as lutas da classe trabalhadora.

Palavras-chave: serviço social; conservadorismo; positivismo.

Introdução

Projetos profissionais são estruturas vivas, contraditórias e relacionadas a necessidades sociais, históricas, culturais e econômicas, com dimensão política e filiação mais evidente a determinados projetos societários. Trazem concepções sobre determinada profissão e visões sociais de mundo, estando relacionados a uma dimensão normativa e a opções ético-políticas e teórico-metodológicas. É preciso dizer que, apesar de ser possível a hegemonia de determinada direção social, esta não elimina a existência de conflitos, divergências e demais olhares sobre as profissões, geralmente balizados por conhecimentos e matrizes teóricas. Portanto, no seio do corpo profissional e das relações sociais existem projetos em disputa (NETTO, 2009; GUERRA 2017; MOLJO e SILVA, 2019).

A disputa entre projetos profissionais no Serviço Social é marcada pela tendência a reforçar ou resistir à ordem burguesa, cuja base material se sustentou desde a emergência e consolidação da profissão, que teve seu cenário monopolizado por perspectivas conservadoras desde as origens até pelo menos a década de 1960. (NETTO, 2009; MOLJO e SILVA, 2019).

Importante marco que evidenciou o questionamento e problematização do conservadorismo e das matrizes teóricas que sustentavam o Serviço Social foi o Movimento de Reconceituação¹, tipicamente latino-americano, ocorrido entre as décadas de 1960 e 1970 e interrompido em virtude do autoritarismo e ditaduras no cone sul (NETTO, 1975; IAMAMOTO e SANTOS, 2021). Da denúncia ao conservadorismo advém a construção do projeto profissional de um Serviço Social crítico, o chamado projeto ético-político, que se torna hegemônico a partir da década 1990, mas foi fortalecido entre as décadas de 1970 e 1980 no Brasil², corroborando com demandas populares democráticas pungentes no cenário nacional. Ademais, fora constituído um corpo teórico denso, com uma massa crítica “considerável” e incorporação de

¹ O Movimento de Reconceituação foi um processo de abrangência latino-americana, entre as décadas de 1960 e 1970. Constituiu-se em relevante marco no transcurso de renovação da profissão, de questionamento de bases conservadoras, provocado pelas condições sociais e históricas em presença, ocorrendo nos mais diversos países com particularidades relacionadas ao contexto nacional, mas tendo unidade com relação às articulações por um serviço social latinoamericano, recusando importação acrítica de teorias e métodos estadunidenses e europeus; na crítica ao tradicionalismo e à sua pretensa neutralidade; no compromisso profissional com sujeitos tidos como “oprimidos”; na interlocução crítica com as ciências sociais, com tentativa de retirar o serviço social de um lugar subalterno; na reorganização de processos formativos, sendo um de seus lócus fundamentais as universidades. Para saber mais a respeito, indicamos a consulta a Netto (1975) e Iamamoto e Santos (2021).

² Cabe aqui ressaltar que os processos de renovação nos mais diversos países latinoamericanos não tiveram o mesmo desfecho, e isto dependeu do processo sócio-histórico nacional. Importa compreender estes processos em Netto (1975).

perspectivas teórico-metodológicas vinculadas sobretudo à tradição marxista, que sustentaram o intento de ruptura com o tradicionalismo (NETTO, 1975; NETTO 2009).

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, possibilitado pela renovação profissional e pela erosão do conservadorismo também relacionada a demandas societárias emergentes, vincula-se, na análise empreendida por Netto (2009), a uma “nova ordem social”, antagônica à ordem burguesa e à emergência da chamada “ofensiva neoliberal”. Por esta característica, ele dispõe de condições menos favoráveis nas relações sociais em geral, e tem enfrentado nos últimos anos a ofensiva conservadora, que conta com adesão social e vem se espalhando entre o corpo profissional (CUNHA e NUNES, 2020).

Importa dizer que o conservadorismo nunca deixou de figurar entre as forças em presença, mas têm adquirido legitimidade social nos últimos anos, repondo-se a partir de processos sociais e da crise capitalista contemporânea. E no cenário profissional, além das disputas pela concepção de Serviço Social, compõe a imagem socialmente reconhecida da profissão. Ortiz (2013) explicita que a imagem contemporânea do serviço social é constituída a partir de traços antagônicos, da convivência entre projetos de profissão e sociedade, além de perspectiva de homem e mundo divergentes que vêm convivendo dialeticamente. Trata-se de traços tradicionais, assentados em matrizes teóricas conservadoras, convivendo com os traços renovados.

O conservadorismo, portanto, se reatualiza, e poderemos apreender as suas características na história, tida a partir da existência de avanços e retrocessos, permanências e rupturas, nas trilhas sinalizadas por Guerra (2019). Esta relação entre conservadorismo, história e profissão é de fundamental compreensão para assistentes sociais e figura entre importantes habilidades para um exercício profissional sob a perspectiva crítica, para a formulação de respostas a partir desta concepção, considerando-a contraponto ao tradicionalismo (GUERRA, 2017). Para tanto, é preciso analisar o Serviço Social na história e os fundamentos teóricos e filosóficos do Serviço Social tradicional, tornando-nos competentes para identificar suas “novas” expressões no cotidiano profissional.

É preciso estarmos atentas às características gerais do Serviço Social Tradicional, tais como alertadas por Netto (1975), entre as quais: seu caráter assistemático, intuitivo, com apropriação de uma ciência pouco rigorosa, voltado à correção de disfunções sociais e sustentado por uma concepção idealista ou mecanicista do mundo.

Nos limites de um artigo, buscaremos apreender tais características a partir de algumas influências teóricas, filosóficas e políticas. Em um primeiro momento, compreendendo aspectos da gênese e dos currículos das primeiras Escolas de Serviço Social, quais sejam, a de São Paulo e do Rio de Janeiro e da relação com a plataforma higienista e com a doutrina católica; após isto, buscar-se-á compreender as bases que sustentaram a ética profissional tradicional e sua relação com a ordem burguesa.

Seguimos, para tanto, Yazbek (2019), segundo a qual o Serviço Social precisa ser analisado no “contexto de relações sociais mais amplas, que condicionam e lhe atribuem características particulares” (p.49). É preciso compreendê-lo nas tramas da sociedade capitalista e em sua relação com a ordem burguesa. Evita-se, com isto, uma visão puramente endógena sobre a profissão.

Formação doutrinária e higienista nas primeiras escolas de Serviço Social

O serviço social enquanto profissão deve ser analisado tendo em vista relações sociais, históricas, culturais que produzem a necessidade social por sua existência. Isto não é descolado do modo de produção capitalista, em especial sua fase imperialista-monopolista e das respostas constituídas para gestão do pauperismo quando este vem à cena pública. Não se pode deixar de correlacionar a gênese da profissão à emergência de intervenções mais sistemáticas do Estado em seu papel regulador das relações políticas e econômicas. Não se trata, contudo, de uma evolução de respostas de cunho religioso, filantrópicas e caritativas, mas uma espécie de amálgama entre estas e as iniciativas estatais nos moldes mencionados. (SILVA, 2015; YAZBEK, 2019; MOLJO e SILVA, 2019).

Segundo Yazbek (2019), a institucionalização e legitimidade da profissão “serviço social” é dada a partir da década de 1930, como “um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com suporte da Igreja católica, na perspectiva do enfrentamento da chamada questão social”. Abramides (2016) enfatiza que o Estado passa a regular as contradições entre capital e trabalho no Brasil em um momento em que a questão social não pode mais ser vista meramente como uma questão de polícia. De fato, o Brasil vivenciava um período de crescimento urbano e industrial e de adensamento do pauperismo, havendo demandas por respostas consistentes aos chamados “problemas sociais” (GOMES, 2013).

Gomes (2013) destaca que uma importante marca do período entre 1930 e 1964 é o forte apelo nacionalista, a proposta de constituição do Brasil como uma nação, havendo nos objetivos de intervenções estatais, ideais desenvolvimentistas e de luta contra o “atraso” e a formação de uma “população brasileira”. Para Ianni (1992), os dilemas da questão nacional são postos com intensidade e um dos temas que foi tratado com relevância foi a modernização do aparelho estatal brasileiro. Para Silva (2018), o apelo ao desenvolvimento que permeia esta época traz a demanda pela formação de cidadãos brasileiros aptos ao trabalho, alinhados com os ideais de crescimento econômico. As intervenções do Estado no âmbito de diversas áreas, entre as quais a saúde e a educação, ocorre no sentido de promover ajustamento físico, moral e social da população. Demarca a influência do higienismo nas políticas públicas sob os governos Vargas. Segundo Carvalho (2017), médicos teriam se envolvido nas propostas de saneamento do país para a constituição de uma “nação viável”. Tanto na saúde quanto na educação predominaram ideias reformistas. Na área de educação, o objetivo, sob influência do filósofo John Dewey³, era a adaptação dos sujeitos ao mundo industrial.

Obviamente não se pode afirmar que o Serviço Social, por ter sua emergência em contexto brasileiro neste momento, vá trazer para os objetivos de sua intervenção de maneira automática todos os elementos que se apresentam na época. Contudo, destacamos aqui algumas das hipóteses de Vasconcelos (2010), segundo o qual existe influência do Movimento de Higiene Mental, portanto, de moldes higienistas, nas bases do Serviço Social norte americano. Menciona que tais ideais compuseram um dos elementos das bases católicas doutrinárias dos Serviços Sociais da Bélgica e da França. Tanto o Serviço Social de origem franco-belga quanto o norte-americano influenciam de maneira bastante importante a constituição da profissão no Brasil (VASCONCELOS, 2010; COSTA, 2017; SCHEFFER, et.al., 2019).

³ Dewey é um dos autores do pragmatismo, que, segundo Guerra (2013), exerceu influência nas Ciências Sociais, sobretudo em áreas como educação e Serviço Social. Para o mencionado autor, a reforma da sociedade deve passar por reforma moral dos sujeitos. O pragmatismo tem fortes repercussões no âmbito do Serviço Social, conforme verifica-se, “Constatamos que o pragmatismo é responsável pelo profundo empirismo de que a profissão se nutre e por uma determinada maneira de conceber a relação teoria e prática”. Nesta abordagem, assim como no Serviço Social, há uma supervalorização da prática, identificada como pura experiência, dos hábitos e costumes que serão verdadeiros se bem-sucedidos se servirem à solução imediata de problemas. O pragmatismo é também responsável pelo profundo desprezo que, em geral, alguns profissionais sentem por uma teoria crítica, “não por qualquer saber, não pelo saber prático-instrumental, mas por aquele que efetivamente busca os fundamentos e, por isso, nem sempre se reverte em respostas imediatas.” (p.42). Brandão (2019) explicita que esta teoria pragmática adquire força nos Estados Unidos, por volta de 1890, chegando mais tarde ao Brasil. Para uma leitura mais detida sobre a relação entre o pragmatismo e o Serviço Social, vide Guerra (2013) e Brandão (2019).

Vasconcelos (2010) avança em suas inferências e compreende que a constituição dos serviços sociais no Brasil a partir da década de 1930, assim como a emergência de escolas de Serviço Social em São Paulo e no Rio de Janeiro foi marcado pela relação entre a doutrina católica e o Movimento Higienista. Relação esta configurada pelo autor como de “complementaridade”, embora haja alguns pontos de tensão entre ambas as perspectivas, como, por exemplo, as propostas de educação sexual por alguns higienistas.

Sobre a perspectiva higienista nos serviços sociais, Vasconcelos (2010) destaca o que é trazido com a Constituição Federal de 1934, na qual há inclusive menção à educação eugênica. A eugenia, que, segundo Cunha e Nunes (2020), surge no final do Século XIX como proposta de melhoria da espécie por meio de seleção artificial. Existe relação intrínseca desta com o Movimento de Higiene Mental por meio da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM).

Importa-nos trazer reflexões de Clóvis Moura (2020) sobre a LBHM, que influenciou a sociedade brasileira e conseqüentemente, com as devidas mediações, o Serviço Social brasileiro. Segundo ele, a Liga possuía em seu escopo a realização de um trabalho ideológico racista e baseado nas “teorias” eugênicas. O racismo, segundo ele, possui um conteúdo de dominação ideológico e político, mecanismos de inferiorização de determinados grupos, tendo sido historicamente instrumento de dominação imperialista muito funcional à expansão capitalista.

O que já se tem observado, no entanto, é a existência de inspiração higienista na construção dos primeiros currículos do Serviço Social. Para Vasconcelos (2010), o Serviço Social abriu espaço para uma formação higienista nos cursos de graduação. Na escola paulistana a influência mencionada é tida como complementar ou subordinada aos rebatimentos de cunho doutrinário católico. No caso da primeira escola no Rio de Janeiro, é possível perceber um conteúdo médico, com disciplinas higienistas e uma formação que se inicia com bases comuns junto ao curso de enfermagem.

A plataforma higienista encontra-se vinculada ao currículo do Serviço Social, principalmente no que tange a um de seus itens:

- c) a ampliação das práticas de higiene mental e educação eugênica [...]; criação de clínicas de higiene mental, destinadas a tratar do homem comum, das famílias, visando à difusão de hábitos sadios e revigorantes de ajustamento social; à educação sexual e eugênica, e à propagação da educação física e do esporte e outros dispositivos de educação moral, do

espírito e da disciplina interior; criação e coordenação de serviços sociais e de proteção da infância e juventude contra o abandono físico, moral e intelectual, bem como de fiscalização das diferentes esferas em que se processa a higiene mental da criança, do lar à escola, incluindo a multiplicação e o aperfeiçoamento da rede pré-escolar; criação de serviços de organização do processo de trabalho fabril, no sentido da racionalização do trabalho, de elaboração dos códigos sanitários, de instalações higiênicas, da difusão de ideais de família sadia e moralizada para os trabalhadores, orientação profissional, seleção de pessoal (identificação dos “naturalmente” predispostos aos acidentes de trabalho, dos “querelantes” e “paranóicos”, visando ao equilíbrio do indivíduo , a proteção contra o comunismo e o “aumento da produção nacional e crescimento da fortuna pública; criação de serviços e programas especiais para alcoolismo, drogadição, sífilis e outras doenças venéreas, controle do crime, da prostituição e do jogo. (VASCONCELOS, 2010, pp. 152-153)

Fundamental trazer a pesquisa se Scheffer (2019), segundo a qual a primeira Escola de Serviço Social de Porto Alegre cujas pioneiras possuíam interlocução com a escola do Rio de Janeiro, também apresenta currículo com forte presença da ideologia higienista.

Vasconcelos (2010) menciona que esta presença nos currículos das diversas escolas fora marcante até a década de 1970, mas que provavelmente as práticas empreendidas com este cunho higienista foram difundidos por um tempo maior, por meio de práticas de sujeitos formados sob este prisma. Nossa hipótese, seguindo as trilhas de Ortiz (2013) sobre aspectos conservadores em presença, é a de que o higienismo segue como elemento vivo no cotidiano profissional de assistentes sociais, seja por meio de requisições institucionais ou das respostas de alguns sujeitos profissionais. Ainda que não predominante ou hegemônico, compreendemos que segue “vivo”, sendo necessário compreendermos as formas com que vem se apresentando.

Pontuamos aqui uma diferença que pode parecer casual, mas avaliamos que não, quanto à presença mais forte da plataforma higienista no currículo carioca e de um viés predominantemente doutrinário no caso paulistano. Além disso, outro dado fornecido por Vasconcelos trata de uma visão mais laica na formação de assistentes sociais do Rio de Janeiro. Sabe-se da influência de parlamentares filiados ao ideário higienista e participantes da construção da Constituição de 1934 na fundação da primeira escola de Serviço Social no Rio de Janeiro, que era então a capital do país, vivenciando grande efervescência política e cultural, além das influências da ideologia higienista desde o século XIX, em intervenções urbanas e na vida cotidiana das famílias. O Rio de Janeiro, afinal, abrigou a corte imperial.

A atuação de médicos sanitaristas na vida social e urbana do Rio de Janeiro já estava mais difundida nas primeiras décadas do século XX. Observa-se ainda no Império sua preocupação com as chamadas “classes perigosas” e a preocupação em mantê-las afastadas do Centro da Capital com o argumento de que propagavam doenças e ameaçavam a ordem pública (CHALHOUB,1996). O racismo é nítido em tais intervenções.

Como vemos em Ianni (1992), as ideias são dinâmicas e aquelas recentes também podem ser beneficiadas por explicações do passado, mesmo que o façam de maneira crítica. Gomes (2013) leva-nos a refletir que o passado deixa-nos uma herança, não está longe de nós, mas conosco. Para quem vivera as primeiras décadas do século XX, o século XIX constituía o passado. E já vimos em Hobsbawn (2013) que a história é este continuum. Isto nos leva a crer na relevância da construção higienista da noção de “classes perigosas” pode ser um linha de continuidade na história. Esta noção que inicialmente fora associada de maneira restrita para referir-se a sujeitos à “margem da lei”, passa a designar no Brasil do final do século XIX, a associação entre criminalidade e pobreza ou entre pobreza e vícios, chancelando a atuação da polícia com o argumento da manutenção da ordem. Isto está intimamente associado a teorias racistas, uma vez que negros são tidos como “suspeitos preferenciais”, como vemos em Chalhoub (1996), fator que é incorporado na atuação da polícia desde o século XX . De acordo com o autor, as classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereceriam, de acordo com o discurso vigente, perigo de contágio. E as estratégias para lidar com isto eram baseadas em repressão aos hábitos de não trabalho de adultos e cuidado com a educação moral de crianças.

Esta direção é percebida nos membros da LBHM nas primeiras décadas do século XX, em intervenções muitas das vezes em parceria com a própria polícia para lidar com adultos tidos como “ociosos” ou sujeitos pobres “viciosos” (MOURA, 2020).

Compreendemos como estas intervenções urbanas e objetivos moralizadores influenciarão a atuação de assistentes sociais fluminenses. O Serviço Social lidava com sujeitos que, de acordo com interpretação corrente à época, não contribuíam para o progresso ou desenvolvimento do país. Objetivava, por isso, promover, em seu escopo, o ajustamento à ordem, a capacidade para o trabalho ou o saneamento moral, com base em intervenções que tinham geralmente cunho individualista.

Gomes (2015) avalia a trajetória histórica do trabalho de assistentes sociais em políticas urbanas. No período em que o Serviço Social teve sua gênese e institucionalização, as favelas eram vistas como anomalias sociais no espaço das cidades. Isto nos remete às intervenções de cunho higienista, que buscavam “limpar” o espaço urbano, formatando-o aos interesses do capital, retirando dali os sujeitos que compunham a pobreza dita viciosa. A autora destaca a influência higienista na relação de complementaridade com a doutrina católica e bases positivista e funcionalista trazida pelo intercâmbio com o Serviço Social norte-americano e suas expectativas de atribuir cientificidade ao exercício profissional. Isto resultava numa prática profissional disciplinadora, adaptadora à ordem e de cunho tutelar, denotando a avaliação profissional para uma suposta “incompetência” dos sujeitos que viviam nas favelas.

Gomes (2001) traz ainda que as influências mencionadas são percebidas a partir da década de 1940, quando, também por consequência de expansão urbano-industrial e, acrescentamos, das intervenções urbanas de cunho higienista como solução de permanência no Rio de Janeiro,

Os assistentes sociais são chamados a participar na solução desse “problema” desenvolvendo uma prática de caráter tutelar exercida através da ação educativa e da viabilização da assistência e de outros serviços concretos. Essas requisições profissionais tradicionais faziam do assistente social um agente útil no disciplinamento dos cidadãos, exercendo a tutela ou o paternalismo para que as pessoas se enquadrassem e se integrassem no circuito constituído. Nesse trabalho educativo realizado pelo Serviço Social a forma inapropriada de utilização dos recursos da casa justificavam, de alguma maneira, a utilização das ideias do movimento higienista, ao mesmo tempo que justificavam a manutenção de certas populações à margem do parque imobiliário. Assim, essas populações eram consideradas inadaptadas, incapazes, dependentes, o que exigia uma intervenção social (GOMES, 2001,p.4)

Fica nítida a relação do serviço social, que não se dava somente nesta área de intervenções urbanas, de educar a classe trabalhadora, ensiná-la sobre normas de conduta, discipliná-la e assistir a quem “necessita”, conforme observamos em Moljo e Silva (2019).

Destacamos até o momento o higienismo, mas fica patente a associação deste com a doutrina católica na gênese da profissão, sobretudo no que tange à sua formação, não deixando de considerar as orientações de cunho positivista e funcionalista, configurando o caráter eclético da apropriação teórica e política pela profissão. Deste modo, unia-se tradições doutrinárias com intentos científicos. Isto, de acordo com Moljo e Silva (2019), amparou a gênese da

profissão e sua direção conservadora para manutenção da ordem burguesa, criando determinada cultura profissional. Segundo os autores, este contexto trazia influências de caráter positivista, também presente no higienismo, e do próprio conservadorismo da Igreja Católica.

A doutrina católica esteve presente no currículo profissional de assistentes sociais, com maior ênfase no caso paulistano, conforme já dissemos. Importa-nos compreender de que maneira esta doutrina dialogou com a plataforma higienista. Neste sentido, compreendemos a conciliação entre a suposta ciência e o catolicismo, uma vez que o “moralismo católico” parece ter sido fundamental na construção da própria direção moral higienista. E aliar tais saberes poderia provocar uma adesão maior das famílias às investidas higienistas. A higiene infiltrou-se no Estado e dialogou com a doutrina da Igreja (VASCONCELOS, 2010).

A doutrina social do catolicismo estava fundada em respostas aos desafios daquele tempo, a partir da emergência da questão social na cena pública e na tentativa de conter as lutas da classe trabalhadora, assim como o pensamento higienista. Trata-se de posicionamentos moralizadores da questão social (YAZBEK, 2019; GUEDES, 2020). Yazbek (2019) analisa que o pensamento doutrinário das origens do serviço social tem caracteres antimodernos e integradoras à ordem. Funda-se no resgate da filosofia de tomista. Esta permeará a constituição de valores e da ética tradicional do Serviço Social, junto ao positivismo. Tais valores permearam a prática e a formação profissionais de assistentes sociais ao longo do que chamamos de monopólio do conservadorismo. Para tanto, consideramos fundamental trazer à tona reflexões sobre esta ética tradicional e algumas de suas bases teóricas e filosóficas.

Elementos sobre Ética Tradicional e Serviço Social: positivismo e neotomismo

Segundo Barroco (2011), a ética tradicional é assentada no conservadorismo moral, percebida na filiação ao projeto doutrinário da Igreja Católica e em ideias positivistas, presentes na sociedade brasileira. Vimos em Netto (2009) que uma das características do que é propriamente conservador é desvencilhar-se de resquícios que o atribuam direção política e ideológica. Faz-se política dizendo-se apolítico e, desta forma, escamoteia-se as direções empreendidas.

Desde já, tratando de positivismo e suas influências na formação e constituição de valores, concordamos com a análise de Netto (2020). A autora explicita que existem diversas

interpretações e vertentes, permitindo-nos tratar de “positivismos”. Contudo, como uma unidade podemos dizer que se trata de um corpo de ideias que vêm orientando a forma com que sujeitos compreendem o mundo, ou seja, a visão social de mundo, e suas práticas e formas de buscar o conhecimento. Interessa-nos ainda mais sua análise que atribui ao positivismo o lugar de um “espírito da época”, que em especial entre os séculos XVIII e XX “invadiu e penetrou, sutil e/ou abertamente, outras matrizes teórico-filosóficas e metodológicas” (p.174).

Observar o positivismo sob o prisma mencionado, adensa nossas análises sobre as formas com que penetrou e vem penetrando bases do Serviço Social, desde o tradicional, até a contaminação de perspectivas marxistas, em tentativas de intenção de ruptura com o conservadorismo. O próprio higienismo, ao que pudemos perceber, foi influenciado por este “espírito positivista”, ou ótica positivista para leitura do mundo e da sociedade. Segundo Yazbek (2019), em relevante síntese, para esta perspectiva, ou sob a referida ótica, há a leitura de que a sociedade é regida por leis naturais, possui uma legalidade não variável, tal como a natureza, apartando possibilidade de transformações por meio de ações humanas, e pode ser conhecida e pesquisada com métodos similares àqueles empregados ciências da natureza. Advém daí uma demanda por neutralidade no trato do processo de conhecimento de fatos, uma vez que se está almejando um olhar para o imutável, além do que, se desconsidera o lugar de quem pesquisa ou analisa e sua relação com o próprio objeto. Neste aspecto, torna-se possível trabalhar com o que é imediato e observável.

Realizando uma correlação com a ética, a neutralidade surge como um relevante valor para o serviço social tradicional, imbuído deste “espírito positivista”, principalmente quando da atribuição de cientificidade às práticas profissionais, marcadamente sob influência do modelo norte-americano. Esta preocupação, aliada à doutrina da Igreja Católica, compõe o que Yazbek (2019) caracteriza como arranjo teórico-doutrinário.

O positivismo, trazendo um olhar para a forma de conhecer o mundo, para a possibilidade da existência de uma ciência social, contribuiu para a legitimação burguesa em confronto com o mundo de características feudais e tornou-se recurso à matrizes que buscavam atribuição de estatuto de cientificidade. Este estatuto por parte do “espírito positivo” foi conquistado em virtude de esforços de Comte. Segundo Netto (2020), ademais, ele quem transformou o positivismo do status de legitimador da burguesia, antes revolucionária contra a feudalidade,

em “força legitimadora da burguesia vitoriosa, força justificadora do conformismo à ordem instaurada quando a dominação da classe burguesa se consolidou” (pp. 180-181).

A atribuição de força legitimadora da burguesia ao “espírito positivista” dá-se em virtude de apregoar a legalidade e imutabilidade da sociedade, trazendo a ideia de resignação ante à existência da ordem burguesa e do seu funcionamento. Torna-se uma ideologia pois defende a ordem estabelecida. Provoca-se aí um conformismo. Observa-se e compreende-se as características deste modelo de sociedade, mas não se concebe a possibilidade de transformação do modo de produção capitalista e da ordem burguesa. Traz à tona, contudo, uma visão reformista, a título de reforma moral. Segundo Netto (2020),

Com efeito, para Comte, o progresso só se realizaria através da ordem – ele rejeitava qualquer forma abrupta, disruptiva ou revolucionária para promovê-lo; sua concepção postulava uma aceitação resignada por parte dos trabalhadores de sua condição subalterna, ao mesmo tempo que colocava aos capitalistas a necessidade moral de viabilizar uma condição decente para seus trabalhadores – daí a necessidade de reforma moral apregoada por ele. (p. 181)

Neste sentido, o “espírito positivista” passa a filiar-se ao pensamento conservador. Busca manter a ordem estabelecida. Ordem esta que funda-se na acumulação capitalista, na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, provocando desigualdades, alienação, transformando aspectos vitais para a humanidade em mercadorias acessíveis muitas das vezes a poucos. A burguesia surge apregoando liberdade, igualdade e fraternidade, mas quando adquire hegemonia abandona tais valores e busca consolidação de seu poder, num processo de “decadência ideológica”, cunhado por Lukács, conforme ponderação trazida por Netto (2020).

O serviço social em suas origens, emerge a partir deste projeto de manutenção da ordem, buscando ajustamento e adaptação dos sujeitos a ela. A profissão assume a orientação funcionalista, matriz teórica que é intimamente relacionada ao “espírito positivista”. Não rompe com este espírito, mas busca base científica para responder às questões emergentes na sociedade burguesa. Apregoa-se programas reformistas que assegurem “equilíbrio e coesão” nas relações sociais. Propõe-se a desigual divisão social do trabalho como um fato natural. Para Durkheim, grande expoente do funcionalismo, a ordem capitalista abrange tensões em seu seio, por esse motivo é preciso induzir a integração entre os sujeitos. Esta abordagem não se propõe a explicar os “porquês” do funcionamento da sociedade, mas ajustá-la na direção de suposta coesão e da harmonia (YAZBEK, 2019; NETTO, 2020).

O que o “espírito positivista” traz ao serviço social é a tendência à justificação da ordem e de incorporar valores nesta direção, apregoando a possibilidade de uma “harmonia social” como horizonte. Tende-se a atuar ajustando comportamentos para que se tornem aptos à promoção da coesão social e da integração, promove-se, na análise empreendida por Barroco (2010), a “valorização do altruísmo e da persuasão” (p.77). Busca-se com isto a superação de conflitos, e que interesses de cada sujeito possam ser direcionados ao desenvolvimento, ao progresso. Estes são parâmetros para sanções e “apelos ético-morais”. Valores são incorporados na medida em que produzem consensos. A moral é concebida tendo como parâmetro a ordem burguesa.

Barroco (2010) compreende que o positivismo alia-se ao pensamento católico baseado no neotomismo, promovendo valores éticos e morais conservadores, tendo isto em comum, além da moralização da questão social. A questão social, nesta perspectiva, verte-se em “problema social” ou “problema moral”, tratada como questão individual.

O pensamento da Igreja Católica que influencia o serviço social, advém de respostas da Igreja às lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho, e igualmente têm tais lutas como ameaças, mas neste caso, ao “bem comum”. Tem-se aí como ponto de partida a figura divina. Com o avanço da modernidade, a Igreja busca a reconstrução de seu poder para delimitar rumos sociais. Retoma-se, neste contexto, a filosofia de São Tomás de Aquino. (YAZBEK, 2019; GUEDES, 2020). A Igreja se posiciona diante da crise e decadência de costumes cristãos, que segundo a instituição, é tributária do liberalismo e do comunismo. A desordem combatida por ela é aquela que impede os sujeitos da missão de glorificarem ao divino, tendo em vista as precárias condições em que viviam (AGUIAR, 2011).

O neotomismo surge como estratégia política da Igreja no sentido mencionado linhas antes, influenciando ações católicas brasileiras. As ações propostas pela instituição eclesial a partir do Século XIX, propõem uma intervenção católica na vida social. As encíclicas papais defendem inclusive uma intervenção do Estado no sentido de promover a harmonia e integração entre as classes sociais, em lugar da luta de classes (AGUIAR, 2011), enfatizando a relevância de retomada dos costumes cristãos. A medida de humanidade é tomada pelos valores católicos, sendo que qualquer “humanização” deve envolver a constituição de costumes vinculados à doutrina. A ordem, portanto, precisa ser reformada, não transformada, a fim de proceder na reincorporação da “lei evangélica” (AGUIAR, 2011). Para tanto ancora-se na filosofia de Jacques Maritain, a que influencia as ações da Igreja em nosso país.

O neotomismo de Jacques Maritain assenta-se em premissas metafísicas idealizando o bem comum como o fator necessário para a mencionada “humanização” entre as classes sociais, sem rupturas ou ameaças à ordem. Trata-se de importante filosofia sobre a qual ancora-se a ética tradicional do serviço social, que influenciou seus códigos de ética entre 1947 e 1975, conforme vemos em Barroco (2011) e Guedes (2020).

Nas trilhas do pensamento tomista, a Igreja e os indivíduos devem atuar na constituição do bem comum, produzindo como modelo de sociedade uma espécie de terceira via, não filiada ao liberalismo, tampouco ao comunismo. A “terceira via” é produtora da harmonia entre as classes sociais. O horizonte é a dignidade da pessoa humana, esta que se realiza em movimentos de doação, por sermos sujeitos a priori incompletos, mas com vistas à perfectibilidade. Esta visão de mundo e de ser humano provoca um olhar dicotômico entre bem e mal, que estará marcada na ética tradicional do serviço social (BARROCO, 2011; GUEDES, 2020).

Nesta perspectiva, seres humanos possuem inclinação a realizarem o bem por possuírem uma inteligibilidade, que os direciona à perfectibilidade. A conquista do bem comum é atribuída à ordem moral, “necessária à conquista da perfeição e da liberdade espiritual das pessoas humanas”. Neste sentido, há uma conexão entre sociedade, política e vida espiritual. (GUEDES, 2020).

Apregoa-se, conforme ideal neotomista, que a participação política deve ocorrer em conformidade com a ordem natural para que o Estado cumpra seu dever, não deixando se ser considerado o ideal de fraternidade. Defende-se a preservação da propriedade privada como extensão da pessoa, servindo-lhe de proteção. Neste caso, nitidamente não se confronta a base sobre a qual se assenta a dominação burguesa.

A pessoa humana, neste sentido, deve projetar ações concretas a fim de promover o bem comum. A Igreja e os sujeitos precisam ter uma atuação no mundo terreno para a construção do chamado “humanismo integral”. Busca-se com isto, no caso brasileiro, a projeção da Igreja no cenário nacional, de modo a não colidir com a atuação de um Estado que fortalece suas respostas às expressões da questão social. Procura-se, contudo, conciliar a necessidade social que provoca intervenção do Estado e a doutrina da Igreja, conformando um tratamento moralizador para o pauperismo crescente a partir da expansão urbano-industrial. As ações católicas apregoam intervenção em problemas sociais com vistas ao ajustamento de condutas

que possam ser perturbadoras da harmonia entre as classes. A promoção desta harmonia seria uma das principais tarefas de assistentes sociais (GUEDES, 2020).

A proposta aqui também é a manutenção da ordem, mas tendo em vista o direito natural para que não haja desequilíbrio social. O assistente social surge como intermediário entre as classes sociais e suas reflexões devem apregoar o ideário da fraternidade e a garantia da dignidade da pessoa humana com práticas educativas de conscientização. As ações educativas possuem fundamento neotomista a fim de difundir plataformas também vinculadas ao higienismo e à formação de consciência apaziguadora. A atuação deve ter como cerne a família e o trabalho deve ocorrer de modo que sujeitos utilizem a inteligibilidade para alcançar a perfectibilidade, persigam o que é o bem, humanizem-se, harmonizando a relação entre as classes, promovendo assim a manutenção do que está posto, não sua transformação. O apelo à adaptação e a preferência por ações de cunho individual ficam notáveis (GUEDES, 2020).

Barroco (2011) sintetiza que este projeto busca um consenso entre capital e trabalho e que sujeitos aceitem sua condição. Para tanto, profissionais exercem controle e buscam promover a mediação dos conflitos sociais. Despolitiza-se a questão social sob um manto de solução humanitária. Gera-se uma ética profissional de caráter meramente prescritivo, reproduzindo a moral conservadora.

É possível perceber que estas perspectivas que atualizam um exercício profissional afinado e mantenedor da ordem como horizonte político, escamoteando a direção política, portanto, caminhando ombro a ombro com perspectivas conservadoras, vêm se intensificando no seio da categoria profissional. Propostas como a do Serviço Social clínico, buscando a psicologização dos sujeitos e um ajustamento à moda higienista, ou elogios a posturas pragmáticas, à razão instrumental, entre outros indícios, são novas facetas para velhos intentos e precisam ser observadas.

Considerações Finais

No presente artigo foi possível realizar aproximação com algumas matrizes teóricas orientadoras do Serviço Social tradicional e influenciadoras de seus “traços tradicionais”. Observa-se que, em comum, elas possuem um alinhamento com a ordem burguesa e com ações concernentes à sua manutenção e a moralização da “questão social”. São ancoradas em

análise superficial da realidade e individualização de soluções para a ordem, o progresso e a modernização, tendendo a uma fundamentação de cunho a-histórico e não dialético. Vestem-se com uma fantasiosa neutralidade, a qual sabemos não ser possível, já que todos os projetos profissionais são orientados por uma direção social vinculada a eles. O próprio positivismo verte-se em teoria justificadora da ordem burguesa quando esta adquire hegemonia social. Portanto, atende a determinados interesses.

As matrizes teóricas conservadoras como o higienismo, o funcionalismo e o neotomismo, com seu “espírito positivista”, orientam o Serviço Social em tarefas como o ajustamento de condutas, cerceamento de comportamentos e da liberdade, o saneamento moral, todas antagônicas aos princípios éticos hoje vigentes na profissão, possíveis após sua renovação crítica e quebra do monopólio do conservadorismo o qual nunca deixou de existir. É preciso atenção ao exercício profissional de assistentes sociais e à conjuntura para compreendermos desafios que permeiam o cotidiano e buscarmos as respostas alinhadas ao projeto ético-político que hoje baliza normativas profissionais e conferem seu compromisso com interesses da classe trabalhadora com horizonte de transformação social para promoção de relações mais justas.

Na atual conjuntura de regressão de direitos, redução da atuação do Estado via políticas sociais e de nova morfologia do trabalho, com intensificação da superexploração, podem aparecer respostas simplistas para os dilemas sociais e profissionais, havendo então campo fértil para tal, uma vez que a isto é aliado um processo de precarização da formação. Uma das maiores conquistas do Serviço Social crítico, a competência para análises concretas e críticas da realidade concreta a fim de a partir daí traçar estratégias e táticas, demonstra-se fragilizada.

Apelos para a retomada de velhas práticas conservadoras são adensados, além da própria permanência do conservadorismo entre nós, muitas das vezes camuflado em discursos progressistas. É preciso conhecer o que passou para compreender o que tem se reatualizado a título de bases que orientam o exercício profissional para o elogio à ordem, para um caráter integrador e reformista tanto no que tange às requisições institucionais quanto às respostas profissionais.

Não há como reformar e integrar sujeitos, docilizá-los e incentivar a adaptação a esta ordem burguesa que ameaça a vida de milhões de seres humanos e demais seres vivos em todo o planeta, que mantêm uma acumulação e incentiva consumo desenfreado e se assenta na desigualdade provocada pela apropriação privada de uma riqueza que é produzida por todas as

peessoas. Não são valores, mas desvalores que afastam a humanidade da sua constituição humano-genérica, das conquistas produzidas por todos e todas e das respostas às suas necessidades sociais.

Ao contrário do que o conservadorismo costuma fazer, ao desqualificar tudo o que o questiona, apregoando ser “ideológico” e colocando-se num lugar asséptico, é preciso sim imprimir direção e ter como horizonte a transformação desta ordem.

A referida transformação não é tarefa de uma profissão, mas é preciso que façamos a defesa dos valores ontológicos em nosso projeto ético-político e, como nos ensina Brecht, precisamos desconfiar do que parece trivial ou imutável, por que a realidade social é dinâmica e a história feita por homens e mulheres, sob condições não controladas por eles e elas, mas sobre as quais se pode incidir. É preciso que nada nos pareça natural, nada nos pareça impossível de mudar.

TRADICIONAL SOCIAL WORK AND “THE ORDER”: ELEMENTS FOR A DEBATE

Abstract:

This essay starts from the assumption that accounts for the coexistence, in Social Work, of traditional and renewed traits in a dialectical relationship. The text emphasizes the proposal of approximation with the traditional traits in a period of monopoly of the conservatism of the profession, trying, within the limits of an article, to present some of the theoretical matrices that influenced it and can, in some way, be updated, with emphasis on those guided by the “positivist spirit” such as hygienism and functionalism, and those of a doctrinal nature such as neo-Thomism. This analysis supports an important skill for social workers, that is, the ability to critically read reality and identify the theories that have permeated their professional practice, both in institutional requests and in professional responses. It is concluded that the presence of such perspectives confers an eclectic characteristic to the traditional social service, bringing, however, as a fundamental element, the maintenance of the bourgeois order and a horizon of "social cohesion", provoking resignation, separated from the notion of transformation. social as a historical possibility. However, they are anchored in the moralization of the social issue and, updated, take professional practice to a path that distances it from the commitment to the struggles of the working class.

Keywords: social work; conservatism; positivism.

EL TRABAJO SOCIAL TRADICIONAL Y EL "ORDEN": ELEMENTOS PARA UN DEBATE

Resumen:

Este ensayo parte del supuesto de que da cuenta de la coexistencia, en el Trabajo Social, de rasgos tradicionales y renovados en una relación dialéctica. El texto enfatiza la aproximación propuesta con los rasgos tradicionales en un período de monopolio del conservadurismo de la profesión, intentando, dentro de los límites de un artículo, presentar algunas de las matrices teóricas que influyeron en ella y pueden, de alguna manera, ser actualizadas, con énfasis en los guiados por el “espíritu positivista” como el higienismo y el funcionalismo, y los de carácter doctrinal como el neotomismo. Este análisis sustenta una habilidad importante para los trabajadores sociales, a saber, la capacidad de leer críticamente la realidad e identificar las teorías que han ido permeando su práctica profesional, tanto en las demandas institucionales como en las respuestas profesionales. Se concluye que la presencia de tales perspectivas otorga un carácter ecléctico al trabajo social tradicional, trayendo, sin embargo, como elemento fundamental, el mantenimiento del orden burgués y un horizonte de “cohesión social”, provocando resignación, además de la noción de transformación como posibilidad histórica. Se anclan, sin embargo, en la moralización de la cuestión social y, al actualizarse, llevan la práctica profesional por un camino que la aleja del compromiso con las luchas de la clase obrera.

Palabras clave: trabajo social; conservatismo; positivismo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, M.B.C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. In: Serviço Social & Sociedade, n. 127, p. 456-475, set./dez. São Paulo: Cortez, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/sdGtjJNHNJQrfKn5zZKf4Sd/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 01/06/2021.
- AGUIAR, A.G. Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARROCO, M.L. As configurações da ética tradicional. In: Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRANDÃO,C. Considerações sobre o pragmatismo e seus rebatimentos no Serviço Social. In: GUERRA,Y. et.al. [orgs]. Temas contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos. Campinas: Papel Social, 2019.

CARVALHO,J.M. Marcha acelerada (1930-1964). In: Cidadania no Brasil: um longo caminho. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CHALHOUB,S. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA,G.M. Revisitando o Serviço Social clássico. In: Em Pauta. n. 40, v.15. Rio de Janeiro: UERJ, 2017. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32747/23547>. Acesso em 01/06/2021.

GOMES,A.C. Introdução: as marcas do período. In: SCHWARCZ,L.M. [coord.]. História do Brasil Nação: 1808-2010. v. 4: Olhando para dentro – 1930-1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

GOMES, M. F. C. M. Serviço Social na área da Habitação: da Tutela a Mediação. In: XVII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, 2001, Lima. Disponível em <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-017-084.pdf>. Acesso em 01/06/2021.

GOMES,M.F.C.M. Trajetória histórica do Serviço Social e políticas urbanas – retornos às práticas de apoio à remoção de moradores de favelas? In: XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945020_f013ecbb067b8da1aa5eb18519198c9e.pdf. Acesso em 01/06/2021.

GUEDES,O. O neotomismo de Jacques Maritain: suas influências no Serviço Social brasileiro. In: FORTI,V.; GUERRA,Y. [orgs]. Fundamentos filosóficos para o Serviço Social. 1 ed. Fortaleza: Socialis Editora, 2020.

GUERRA,Y.A.D. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. In: R. Katálysis, v. 16, n. esp. Florianópolis: 2013.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C.M., et.al. [orgs]. A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GUERRA, Y. Consolidar avanço, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Y. et.al. [orgs]. Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. 2 ed. Campinas: Papel Social, 2019.

HOBBSAWN, E. O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea? In: Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IAMAMOTO, M.V.; SANTOS, C.M. Introdução. In: A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

IANNI, O. A ideia de Brasil Moderno. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

LOWY, M. Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MOLJP, C.B.; SILVA, J.F.S. Cultura profissional e tendências teóricas atuais: o Serviço Social brasileiro em debate. In: GUERRA, Y. et.al. [orgs]. Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. 2 ed. Campinas: Papel Social, 2019.

MOURA, C. Racismo e luta de classes no Brasil – textos escolhidos de Clóvis Moura. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020. Disponível em <https://terrasemos.files.wordpress.com/2020/11/racismo-e-luta-de-classes-no-brasil.pdf>.
Último acesso em 01/06/2021.

NETTO, J.P. La crisis del Proceso de Reconceptualización del Servicio Social. Selecciones del Servicio Social. Revista Latinoamericana, Vol. VIII(26), 1975.

NETTO, J.P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A.E.; et.al. (orgs). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, L.E. Notas para uma aproximação ao positivismo. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. [orgs]. Fundamentos filosóficos para o Serviço Social. 1 ed. Fortaleza: Socialis Editora, 2020.

SCHEFFER,G. et.al. A influência do higienismo na formação dos assistentes sociais gaúchos (1945-1954). In: III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/202649/Scheffer_A%20influ%3%aan%20do%20higienismo%20na%20forma%3%a7%3%a3o%20dos%20assistentes%20soci%20ga%3%bachos%20%281945-1954%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em 01/06/2021.

SILVA,D.T. Eugenia, saúde e trabalho durante a Era Vargas. In: Em tempos de histórias. n. 3. ago-dez. Brasília: UNB, 2018. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/23679/21215> . Acesso em 01/06/2021.

SILVA,J.F.S. Crise do Capital, Neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate. In: Em Pauta. n. 35, v.13. Rio de Janeiro: UERJ, 2015. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/18624/13594> . Acesso em 01/06/2021.

VASCONCELOS,E.M. A história do Serviço Social brasileiro e suas relações com a temática da subjetividade e da saúde mental no Brasil. In: VASCONCELOS,E.M. [org.]. Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

YAZBEK,M.C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA,Y. et.al. [orgs]. Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. 2 ed. Campinas: Papel Social, 2019.

Sobre os autores:

Renata Martins de Freitas é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ (2020-2024). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRJ (2016-2018). Especialista em Gestão Pública Municipal pela UFF (2015-2016) e em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos pela ENPS/FIOCRUZ (2012-2013) . Bacharel em Serviço Social pela UERJ. Assistente Social na Prefeitura Municipal de Itaguaí. Conselheira do CRESS - 7ª Região, gestão 2020-2023. E-mail: remarfre@gmail.com